

# Educação municipal e pobreza: o programa escola viva do município de Macapá

André Lins de Melo<sup>1</sup> e Ilma de Andrade Barleta<sup>2</sup>

1 Universidade Federal do Amapá/UNIFAP. Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional. E-mail: andrelins23@yahoo.com.br

2 Universidade Federal do Amapá/UNIFAP. Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional. E-mail: ilmabarleta@bol.com.br

## 1 Introdução

Segundo Paro (1999) a educação é o processo de apropriação do saber historicamente produzido, é, pois a atualização histórica de cada indivíduo. Disso decorre a centralidade da educação enquanto condição imprescindível da própria realização histórica do homem. Nessa direção a educação escolar deve ser reservada a tarefa de contribuir para a atualização histórico-cultural dos cidadãos, sobretudo das novas gerações. Isso implica uma preparação para o viver bem, para além do simples viver pelo trabalho e para o trabalho.

Por sua, conforme Oliveira (2001) a centralidade que a educação básica adquire no contexto hegemônico é operacional na consecução de dois objetivos: a qualificação da força de trabalho e a atenuação das disparidades sociais com vistas a conter as possibilidades de conflitos. Ao mesmo tempo em que a educação é elemento indispensável à formação da força de trabalho, também o é para a integração social. Essa dupla função esperada da educação explica tanta atenção dirigida à organização e gestão dos sistemas públicos de ensino em todo o mundo, notadamente nos países em desenvolvimento.

Isto provoca redimensionamentos na função da escola, pois consoante Oliveira (2009) as políticas educativas na atualidade partem da noção de que a escola é o espaço do ensino, mas antes de tudo de promoção de justiça social. Tal noção se evidencia nas políticas educativas adotadas em nível internacional, em diferentes países e continentes, atribuindo à escola novas funções sociais, muitas vezes de caráter assistencial. Por meio da escola espera-se corrigir determinados desequilíbrios característicos da estrutura social e econômica vigentes. Essa questão atualiza a necessidade de discutir e teorizar sobre a função social da escola e as propostas das políticas públicas educacionais em curso. O Brasil a partir dos anos de 1990, segundo Oliveira (1999) passa a ter políticas que atuam na gestão da pobreza onde suas instituições, entre elas a escola, são convocadas a atuar na fronteira da inserção social.

A partir desse panorama é latente a necessidade de investigação sobre: *qual o papel social do Programa Escola Viva e como este se desenvolve?* A relevância deste estudo está presente tanto na importância das pesquisas educacionais focalizarem a escola como espaço de desenvolvimento marcado pela tensão entre capital e trabalho, quanto na necessidade de investigações sobre as políticas setoriais que buscam revelar o contexto social que à produz, considerando os atores envolvidos.

## 2 Objetivos

O presente trabalho objetiva analisar o programa Escola Viva da Prefeitura Municipal de Macapá-AP, tendo como foco discutir seu papel na educação pública e o seu desenvolvimento na unidade escolar.

## 3 Metodologia

Pesquisa de caráter qualitativo que segundo André (2003) busca compreender o significado que os sujeitos atribuem ao fenômeno em estudo. A busca de informações empíricas se deu em sites, bibliografias e informações obtidas com duas professoras da rede municipal de ensino (identificadas no corpo teórico deste resumo expandido como: professora A e professora B).

## 4 Resultados e discussão

No município de Macapá-AP, um movimento de caráter local representa a política educacional nacional. Trata-se da implementação do Programa Escola Viva que de acordo com o site de Reinaldo Coelho (2010) é uma ação da atual gestão municipal com o objetivo de garantir às crianças da rede municipal de ensino as quatro refeições diárias, distribuição de cestas básicas às famílias de crianças carentes no período de férias, e a entrega de kits escolares aos alunos da rede pública. O referido site citando fala da vice-prefeita expõe que: *“as quatro refeições, que já acontecem em 18 escolas, e em 2010 serão em mais 10, e as cestas suplementares são uma realidade e um compromisso da nossa administração. E não vamos parar! É o resultado da gestão compartilhada, garantindo qualidade de vida para o munícipe”*. Por outro norte, em entrevistas realizadas com duas professoras da rede municipal de ensino constatamos que a realidade do “chão da escola” pública encontra-se distante dos discursos proferidos por autoridades oficiais, pois *“as crianças comem mortadela, sopa de mortadela, sopa de macarrão. Hoje nós estamos sem o almoço e janta, tem apenas um lanche [...] De outubro até o final do ano não vai haver as quatro refeições por falta de recursos, mas antes de outubro estava havendo, mas não era uma merenda de qualidade” (PROFESSORA B)*. A não regularidade da alimentação e a falta de recursos também foram colocadas em questão pela professora A, pois *“ultimamente não tá tendo porque não tem recursos [...]”*. Percebe-se dessa forma que mesmo numa política de caráter assistencial que em tese não deveria ser implementada por uma instituição que em sua essência deveria promover a atualização dos conhecimentos historicamente atualizados aos filhos da classe trabalhadora, presenciamos a ocorrência de problemas oriundos da falta de recursos para sua efetiva execução (PARO, 1999).

Além disso, verifica-se que tal política assistencial não veio acompanhada da preocupação de se verificar as relações entre a mesma e o desempenho escolar. *“O índice de reprovação está elevado e eu não sei se é a alimentação que não tá sendo suficiente, ou se é problema de professor” (PROFESSORA B)*. De acordo com Oliveira (2009) a correspondência direta entre pobreza e educação ocorre nos limites de tal política que não aponta estratégias para além do suprimento de carências

alimentares que garantam a melhoria do desempenho escolar, como se a resolução dos problemas referentes à alimentação fossem a única condição para a melhoria da qualidade educacional, algo que depende, sobretudo de melhores condições do trabalho docente.

A questão é reforçada quando a entrevista revela que “*muitos problemas persistem e para melhorar tem que diminuir o número de alunos, o professor, apesar de ter nível superior, não consegue resolver todos os problemas*” (PROFESSORA A). De forma semelhante a professora B ressaltou: “se os professores desejarem dar uma boa aula não têm recursos, eles tem que comprar seu material”.

Pelas informações obtidas, verifica-se que a atual gestão municipal tem executado uma política assistencial limitada (uma alimentação de qualidade duvidosa e a falta de recursos para a mesma), que não veio acompanhada de mudanças estruturais na escola (mais recursos, melhorias das condições de trabalho docente).

## 5 Conclusão

A partir do estudo em tela verificamos que o Programa Escola Viva encontra-se inserido no contexto de efetivação de programas sociais na escola com a pretensão oficial de resolver históricos desequilíbrios sociais, econômicos e educacionais, que se acentuam atualmente e representam a crise da escola pública. Pelas evidências encontradas até o momento podemos afirmar que o caráter subjacente ao programa em estudo e o seu desenvolvimento tratam das questões educacionais de forma superficial e focalizada na redução/amenização da desigualdade social como política de gestão da pobreza. Em contrapartida, as ações políticas do município deveriam promover ações coordenadas e articuladas a outros direitos sociais coletivos já existentes no plano formal, buscando sua materialização e ampliação. Considerando que os problemas da educação da classe trabalhadora vão para além da relevante carência alimentar.

## Referências

- ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática escolar**. Campinas-SP: Papyrus, 2003.
- BLOG DO REINALDO COELHO. **Efeitos de uma gestão compartilhada**. 16 jan. 2010. Disponível em: [http://rcoelhonascimento.zip.net/arch2010-01-10\\_2010-01-16.html](http://rcoelhonascimento.zip.net/arch2010-01-10_2010-01-16.html). Acessado em: 27/10/2010.
- BRUNO, Lúcia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade de. (org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Política e gestão educacional na contemporaneidade. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Política educacional nos anos 1990: educação básica e empregabilidade**. In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (Orgs.). São Paulo: Xamã, 2001, p. 105-121.

\_\_\_\_\_. Política educativa, crise da escola e a promoção da justiça social. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

\_\_\_\_\_. As reformas em curso nos sistemas públicos de educação básica: empregabilidade e equidade social. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa (Orgs.). **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales (orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999, p. 101-120.